

RECURSO ESPECIAL Nº 1.694.178 - RJ (2017/0211764-5)

RELATOR : **MINISTRO ANTONIO CARLOS FERREIRA**
RECORRENTE : SUPERVIA - CONCESSIONÁRIA DE TRANSPORTE FERROVIÁRIO S/A
ADVOGADOS : JOÃO CÂNDIDO MARTINS FERREIRA LEÃO - RJ143142
AMANDA SOARES DE SOUZA PASTOR E OUTRO(S) - RJ197887
RECORRIDO : ALEXANDRINA GALVAO DA SILVA
RECORRIDO : CARLOS EVANGELISTA DA SILVA
RECORRIDO : FLAVIA EVANGELISTA SILVA DOS SANTOS
ADVOGADO : JOEL MARTINS JORGE E OUTRO(S) - RJ071027

DECISÃO

Trata-se de recurso especial interposto por SUPERVIA – CONCESSIONÁRIA DE TRANSPORTE FERROVIÁRIO S.A. contra acórdão proferido pelo TJRJ assim ementado (e-STJ fl. 583):

APELAÇÃO CÍVEL. ACIDENTE FERROVIÁRIO. QUEDA DO TREM. FALECIMENTO DE PASSAGEIRO. EMPRESA SUCESSORA QUE OPERA COM A AZIENDA DA EMPRESA SUCEDIDA. CISÃO PATRIMONIAL. FLUMITRENS. ANÁLISE FÁTICA DEMONSTRATIVA DA CONTINUIDADE DA MESMA ATIVIDADE, COM OS MESMOS MEIOS UTILIZADOS PELA EMPRESA CINDIDA. SUPERVIA. RESPONSABILIDADE OBJETIVA. INAPLICABILIDADE DE CASO PARADIGMÁTICO COM REPERCUSSÃO GERAL QUE TRATOU DE RESPONSABILIDADE POR ATO ILÍCITO. ANÁLISE FÁTICA DENOTA SUCESSÃO PATRIMONIAL. AJUSTE ENTRE SUCEDIDA E SUCESSORA NÃO PODE VIOLAR DIREITO DE TERCEIRO, SOB PENA DE VIOLAÇÃO A DISPOSITIVO CONSTITUCIONAL (ART. 5º, X e 37, § 6º). AJUSTE ENTRE PARTES QUE PODE POSSIBILITAR DIREITO DE REGRESSO, SEM PREJUÍZO AO PASSAGEIRO OU AOS SEUS HERDEIROS E SUCESSORES. SENTENÇA QUE SE CONFIRMA. CONHECIMENTO E DESPROVIMENTO DO RECURSO DA RÉ.

Os embargos de declaração foram rejeitados (e-STJ fls. 527/530).

Nas razões do recurso especial (e-STJ fls. 532/552), interposto com fundamento no art. 105, III, "a", da CF, a parte recorrente alega ofensa ao art. 535 do CPC/1973, pois necessária a integral prestação jurisdicional.

Assevera violação dos arts. 265 do CC/2002, 35, § 1º, da Lei n. 8.987/1995, 223, parágrafo único, da Lei n. 6.404/1976 e 3º da Lei n. 8.666/1993, pois a Supervia é ilegítima para responder por débitos ou atos da Fulmitrens, inexistindo sucessão de empresas.

Juízo de admissibilidade positivo (e-STJ fls. 568/570).

É o relatório.

Decido.

Não é possível o conhecimento da presente insurgência na parte em que aponta violação do art. 535 do CPC/1973, pois a petição recursal não indica os motivos pelos quais considera ofendido o dispositivo legal, limitando-se a sustentar genericamente a existência de

contradição no acórdão proferido. Conforme entendimento pacífico do STJ, aplica-se ao caso a Súmula n. 284 do STF (Cito: REsp n. 1.676.559/RJ, Rel. Ministro HERMAN BENJAMIN, SEGUNDA TURMA, julgado em 26/9/2017, DJe 10/10/2017, e AgInt no REsp n. 1.638.575/MG, Rel. Ministro MOURA RIBEIRO, TERCEIRA TURMA, julgado em 27/6/2017, DJe 4/8/2017).

Um dos fundamentos do acórdão, em relação à sucessão de empresas, foi no seguinte aspecto (e-STJ fl. 501):

Por outro lado, a reforma da sentença e reconhecimento da inexistência de dever de reparação por parte da ré implicaria negação de vigência do direito da autora e violação a dispositivo da Constituição na República, qual seja, art. 5º, X (“são invioláveis a intimidade, a vida privada, a honra e a imagem das pessoas, assegurado o direito a indenização pelo dano material ou moral decorrente de sua violação”) e art. 37, § 6º (“as pessoas jurídicas de direito público e as de direito privado prestadoras de serviços públicos responderão pelos danos que seus agentes, nessa qualidade, causarem a terceiros, assegurado o direito de regresso contra o responsável nos casos de dolo ou culpa”). Havendo pacto entre a ré/sucessora e a empresa cindida/sucedida quanto à intransmissibilidade dos deveres jurídicos por ocasião da cisão patrimonial, poderá a ré exercer o direito de regresso. O que não é admissível é, por ajuste entre sucessor e sucedido, terceiro seja prejudicado e a ordem constitucional violada.

Como se observa, ao decidir a questão amparou-se também em fundamento constitucional, apto a manter inalterado o acórdão recorrido. Entretanto, não há notícia de interposição do recurso competente pela parte interessada em relação ao fundamento constitucional. A ausência de interposição do respectivo recurso extraordinário atrai a aplicação da Súmula n. 126/STJ.

Diante do exposto, NEGÓ PROVIMENTO ao recurso especial.

Nos termos do art. 85, § 11, do CPC/2015, majoro em 20% (vinte por cento) o valor atualizado dos honorários advocatícios arbitrados na origem em favor da parte recorrida, observando-se os limites dos §§ 2º e 3º do referido dispositivo.

Publique-se e intimem-se.

Brasília (DF), 25 de novembro de 2019.

Ministro ANTONIO CARLOS FERREIRA

Relator